

O preconceito na educação física escolar: percepção de professores da rede pública de município do sul do Brasil

Prejudice in physical education classes: perception of public-school teachers of a city in the south of Brazil

Maiara Scheila Freitas Santos¹, Fabiana Celente Montiel², Felipe Fernando Guimarães da Silva¹, José Antônio Bicca Ribeiro¹, Mariângela da Rosa Afonso¹, Fernanda de Souza Teixeira¹

¹ Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Pelotas, Brasil

² Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul), Pelotas, Brasil

HISTÓRICO DO ARTIGO

Recebido: 17 maio 2021

Revisado: 22 julho 2021

Aprovado: 01 agosto 2021

PALAVRAS-CHAVE:

Preconceito; Educação Física; Escola.

KEYWORDS:

Prejudice; Physical Education; Primary School.

RESUMO

INTRODUÇÃO: O presente trabalho versa sobre as manifestações de preconceito identificadas por professores de Educação Física, da rede pública de ensino de um município do sul do Brasil, e as consequências de tais manifestações no andamento de suas aulas.

OBJETIVO: Buscou-se identificar os tipos de preconceitos observados nas aulas de Educação Física e as consequências para: o aluno agressor, o aluno que sofre o preconceito e a turma na qual estão inseridos.

MÉTODOS: Trata-se de um estudo com abordagem qualitativa, de caráter descritivo, em que a coleta de dados se deu por meio de entrevista. Para a análise dos dados utilizou-se a técnica de análise de conteúdo. Foram entrevistados 27 professores de Educação Física, sendo 11 homens e 16 mulheres.

RESULTADOS: Os resultados apontaram que os tipos de preconceitos mais frequentemente identificados pelos professores nas aulas de Educação Física são étnico-racial, de diferenças corporais e aqueles relativos à classe social. Os dados demonstraram que o preconceito fomenta a agressividade; além de causar traumas, diminuição da autoestima e redução na participação das atividades propostas a quem sofre a agressão.

CONCLUSÃO: Ficou evidenciada a carência de ações mais efetivas relacionadas à redução das manifestações de preconceito dentro do ambiente escolar.

ABSTRACT

BACKGROUND: The present work deals with the manifestations of prejudice identified by physical education teachers from primary public school system in a city of the south of Brazil, and the consequences of such manifestations in the course of their classes.

OBJECTIVE: It sought to identify the types of prejudices observed in physical education classes and the consequences for: the aggressor student, the student who suffers from prejudice and the group of the class in which they are inserted.

METHODS: It is a descriptive study with a qualitative approach, in which the data collection took place through an interview. For data analysis, the content analysis technique was used. 27 physical education teachers were interviewed, 11 men and 16 women.

RESULTS: The results showed that the types of prejudice most frequently identified by teachers in Physical Education classes are ethnic-racial, of bodily differences and those related to social class. The data showed that prejudice encourages aggression, in addition to causing trauma, decreased self-esteem and reduces the participation in the proposed activities to those who suffer aggression.

CONCLUSION: It was evident the lack of more effective actions related to the reduction of the manifestations of prejudice within the school environment.

INTRODUÇÃO

O preconceito, entendido como fenômeno humano discriminatório e alienante (PICCOLO, 2010), está presente nas relações humanas desde a mais remota história da humanidade, caracterizando-se como um problema social, e como tal, presente no âmbito escolar e frequentemente manifestado nas aulas de Educação Física Escolar (EFE).

A EFE baseia-se nos movimentos corporais e suas inter-relações com o meio e com os seres humanos, propiciando um lugar rico em experiências de ordem individual e social. Lugar esse que expõe a diversidade e diferenças, estando assim presente a predominância de manifestação de opiniões e valores com suas consequentes atitudes. Cordeiro e Buendgens (2012) ao analisarem as manifestações de preconceito destacam aqueles referentes às questões étnico-raciais, de gênero, desigualdades sociais, diferenças corporais, homossexualidade e a intolerância com pessoas com algum tipo de deficiência.

Com relação ao preconceito referente à raça, Krug (2012) salienta que esse é um processo pelo qual determinado grupo, considerando aspectos biológicos e culturais, é percebido como diferente e inferior. Podemos acrescentar, ainda sobre racismo, a ideia de Schucman (2010, p. 44) que o considera como “qualquer fenômeno que justifique as diferenças, preferências, privilégios, dominação, hierarquias e desigualdades materiais e simbólicas entre seres humanos, baseado na ideia de raça”.

Importante destacar que assim como o preconceito racial, outros preconceitos culturais e sociais também aparecem no ambiente escolar, como, por exemplo, os relacionados às questões de moradia e localização (bairros mais periféricos, zona rural), religião e à classe social do indivíduo (KRUG, 2012).

Bozi et al. (2008) salientam que o preconceito de gênero está relacionado com as diferenças entre homens e mulheres estabelecidas pela sociedade. A homofobia, de acordo com Oliveira, Godoi e Santos (2014, p. 2), “caracteriza o medo e o resultante desprezo pelos homossexuais que alguns indivíduos sentem”, ou seja, “uma repulsa em face das relações afetivas e sexuais entre pessoas do mesmo sexo, um ódio generalizado aos homossexuais”.

As diferenças corporais, principalmente no que diz respeito à obesidade, são outra forma de preconceito que aparece na nossa sociedade (KRUG, 2012; LOBÔ; SANTOS, 2015). De acordo com Bozi et al. (2008, p. 2), a sociedade ao definir padrões “trata aqueles que não se enquadram neste contexto como inferiores, anormais, feios”.

Nesse mesmo sentido, mais especificamente nas aulas de Educação Física (EF), aparece a exclusão dos menos habilidosos das práticas corporais (FABRI; FERREIRA, 2020), preconceito muitas vezes enfatizado, devido à forma como o conteúdo é desenvolvido na aula, que acaba por colocar um ou outro aluno em evidência e em uma situação de constrangimento.

A história nos demonstra o quanto as pessoas com deficiências sofreram preconceito ao longo do tempo, porém o mesmo ainda existe nos dias atuais (MARTINS et al., 2019). Para Silva (2006, p. 4) o preconceito relacionado às pessoas com deficiências “configura-se como um mecanismo de negação social, uma vez que suas diferenças são ressaltadas como uma falta, carência ou impossibilidade”.

A deficiência inscreve no próprio corpo do indivíduo seu caráter particular. O corpo deficiente é insuficiente para uma sociedade que demanda dele o uso intensivo que leva ao desgaste físico, resultado do trabalho subserviente; ou para a construção de uma corporeidade que objetiva meramente o controle e a correção, em função de uma estética corporal hegemônica, com interesses econômicos, cuja matéria-prima/corpo é comparável a qualquer mercadoria que gera lucro. A estrutura funcional da sociedade demanda pessoas fortes, que tenham um corpo “saudável”, que sejam eficientes para competir no mercado de trabalho. O corpo fora de ordem, a sensibilidade dos fracos, é um obstáculo para a produção. Os considerados fortes sentem-se ameaçados pela lembrança da fragilidade, factível, conquanto se é humano (SILVA, 2006, p. 4).

O preconceito é um fenômeno tão difundido quanto mal interpretado (PICCOLO, 2010). Se por um lado é possível identificar formas de preconceito na EFE, por outro, existe uma dificuldade em lidar com a manifestação e a valorização das diferenças (KRUG, 2012; FABRI; SANTOS et al., 2015; DUATE et al., 2018). Toda a comunidade escolar deve trabalhar no sentido de acabar e/ou minimizar os diversos tipos de preconceito presentes, porém é fundamental o papel do professor diante desse contexto, inserindo em seu planejamento estratégias que auxiliem no desenvolvimento dessa temática na escola.

Com relação ao preconceito referente à raça, o racismo, Almeida (2019, p. 25) descreve como uma “forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios, a depender ao grupo racial ao qual pertençam”. Krug (2012) salienta ainda que esse seja um processo pelo qual determinado grupo, considerando aspectos biológicos e culturais, é percebido como diferente e inferior.

Infelizmente, a escola, segundo Rios (1995, p. 32) “não tem cumprido o objetivo da educação que desejamos, de cunho democrático, socializando o saber e os meios para aprendê-lo e transformá-lo”. Com o passar do tempo, a solução encontrada para abordar as diferenças tem sido de silenciá-las e neutralizá-las, a fim de proporcionar um sentimento de maior segurança e conforto com a homogeneização e a padronização (OLIVEIRA; DAOLIO, 2010).

Percebe-se que há uma contradição no contexto escolar onde, por um lado se preza pela inclusão e pela aceitação das diferenças e por outro, aqueles que fogem do padrão estabelecido são “julgados”, na grande maioria das vezes, como diferentes e incapazes (BOZI et al., 2008).

Apesar de ser um tema cotidiano do ambiente escolar, ainda são poucos os estudos que buscam compreender quais são os tipos de preconceito presentes nas aulas e suas repercussões. Diante dessa realidade e de suas contradições, bem como, de uma dificuldade no trato do preconceito no ambiente escolar (CARRARA, 2009), nos propomos a identificar os tipos de preconceitos observados nas aulas de EFE e as consequências para o aluno agressor, para o aluno que sofre o preconceito e para a turma na qual estão inseridos.

MÉTODOS

Trata-se de um estudo qualitativo de caráter descritivo, que de acordo com Gil (2002, p. 42) objetiva “a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre as variáveis”. A pesquisa foi

aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Escola Superior de Educação Física da Universidade Federal de Pelotas, sob o número de Parecer n°. 1304651.

Participaram da pesquisa os professores de EFE ativos da rede municipal de ensino do município de Pelotas, no estado do Rio Grande do Sul (RS), com no mínimo seis meses de atuação, que, após serem contatados, pelo menos duas vezes, aceitaram participar do estudo, assinando e estando de acordo com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Com a autorização da Secretaria Municipal de Ensino e Desporto de Pelotas (SMED), foram contatadas 23 escolas, das quais duas se recusaram a participar do estudo alegando muitas visitas externas que estavam alterando o funcionamento das mesmas, e outras três entraram no computo de perdas, pois as coordenadoras pedagógicas não autorizaram o contato com os professores da área de EFE em tempo hábil para a realização da pesquisa.

A amostra foi constituída por 27 professores de EFE, dos quais oito foram contatados por telefone e 19 foram contatados pessoalmente em visita às escolas. Para a coleta e produção dos dados, foi utilizada, como instrumento de pesquisa, uma entrevista semiestruturada, a qual foi agendada previamente com o participante, realizada com a utilização de um gravador, na escola de atuação do professor, com a permissão da direção e prévia entrega da autorização da SMED.

Prévio a coleta de dados, foi realizado um estudo piloto com cinco professores de EFE da rede estadual de ensino (que não faziam parte da amostra) a fim de verificar o entendimento do roteiro balizador das entrevistas e estimar o tempo que seria necessário para sua realização, perfazendo aproximadamente meia hora com cada professor.

A entrevista abordou dados de ordem pessoal (sexo, idade, cor da pele, formação), situação socioeconômica e aspectos específicos do tema preconceito na EFE (entendimento sobre preconceito; tipos de manifestação de preconceito; se já presenciou ou vivenciou alguma situação de preconceito; e, como lida/lidou com as situações identificadas como manifestações de preconceito).

Para realizar a análise dos dados foi utilizada a técnica de análise de conteúdo de Bardin (1977), a qual, desenvolve-se em três fases. A primeira foi a pré-análise, onde ocorre a preparação do material para análise. A segunda foi a exploração do material e a terceira etapa foi constituída pelo tratamento e interpretação dos dados (BARDIN, 1977). As entrevistas foram transcritas, os dados foram decompostos em partes e depois organizados em categorias pré-definidas: a) Tipos de preconceito percebidos; b) Preconceitos – manifestações, vivências e consequências. A fim de preservar a identidade dos professores entrevistados, lhes foi assignado, de forma aleatória, um número de identificação para a análise de dados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme a Tabela 1, observamos que os 27 professores entrevistados apresentaram uma idade média de 39 anos, dos quais 11 são do sexo masculino e 16 do sexo feminino. Foi possível observar uma maior frequência de professores de cor de pele branca (67,7%) com ausência de professores de cor de pele

amarela; um tempo médio de formados de aproximadamente 13 anos, tendo, mais da metade (55,6%) concluído algum curso de pós-graduação em níveis de especialização e mestrado. A experiência docente foi de aproximadamente dez anos, dos quais cerca de oito foram na rede municipal de ensino. Em relação à atuação no ambiente escolar, 12 professores atuavam em diferentes anos de ensino (1º ao 9º ano), outros 11 apenas nos anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano) e quatro se dedicavam exclusivamente aos anos finais (6º ao 9º ano) do ensino fundamental.

Tabela 1. Caracterização da amostra ($\bar{x} \pm s$) em termos de idade, tempo de formado e de atuação profissional como docente, formação continuada e cor da pele.

Variáveis	Geral (n=27)	Professores (n=11)	Professoras (n=16)
Idade (anos - $\bar{X} \pm s$)	38,88 \pm 7,96	41,73 \pm 9,09	36,94 \pm 6,69
Tempo formado (anos - $\bar{X} \pm s$)	12,67 \pm 7,97	15,73 \pm 9,57	10,56 \pm 6,11
Tempo docente (anos - $\bar{X} \pm s$)	9,97 \pm 9,08	12,61 \pm 11,37	8,2 \pm 6,96
Tempo docente Município (anos - $\bar{X} \pm s$)	8,41 \pm 8,6	11,25 \pm 9,92	6,47 \pm 7,26
Pós-Graduação (%)			
Especialização	48,14	36,36	56,25
Mestrado	7,41	-	12,5
Nenhuma	44,45	63,64	31,25
Cor de pele (%)			
Negra	25,93	18,18	31,25
Branca	66,66	63,64	68,75
Parda	7,41	18,18	-

Com relação aos tipos de preconceito percebidos nas suas aulas de EFE (Figura 1) os mais citados pelo grupo docente foram o étnico racial, o de diferenças corporais e o de classe social, nesta ordem.

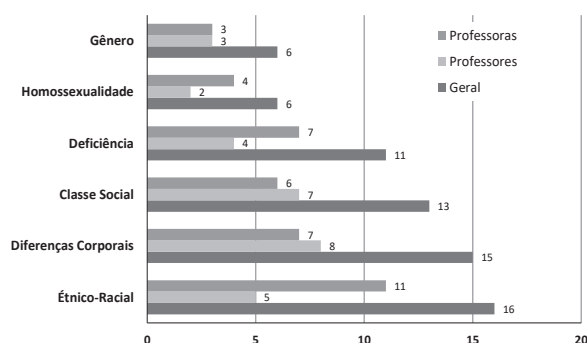


Figura 1. Tipos de preconceitos identificados por professores e professoras nas aulas de EFE.

Com relação às consequências das manifestações de preconceito identificadas no andamento das aulas de Educação Física ao aluno autor, e considerando a Tabela 2, os resultados apresentaram predominantemente a agressividade (29,6%) como principal consequência e respostas de que as manifestações de preconceito não têm consequências para o aluno autor

aparecem em 14,8% das respostas.

Tabela 2. Valores relativos (%) das consequências ao aluno autor da manifestação de preconceito nas aulas de EFE.

Consequências	Geral (n=27)	Professores (n=11)	Professoras (n=16)
Agressividade	29,64	36,36	25
Reprodução	18,52	9,09	25
Exclusão	22,22	18,19	25
Sensação poder	14,81	9,09	18,75
Nenhuma	14,81	27,27	6,25

Ao serem questionados sobre as consequências ao aluno que sofre as manifestações de preconceito, conforme a Tabela 3, observamos que os aspectos relacionados a traumas (40,7%) são aqueles mais descritos, seguido de baixa autoestima e autoexclusão. Aparece na fala de três (11,1%) dos professores que o aluno ou esquece ou não demonstra reação.

Tabela 3. Valores relativos (%) das consequências ao aluno que sofre a manifestação de preconceito nas aulas de EFE.

Consequências	Geral (n=27)	Professores (n=11)	Professoras (n=16)
Traumas	40,74	45,45	37,5
Baixa autoestima	22,22	27,27	18,75
Autoexclusão	18,52	18,19	18,75
Esquece/Não demonstra	11,11	9,09	12,5
Insegurança	7,41	-	12,5

Segundo os professores, as consequências na turma que presencia as manifestações de preconceitos nas aulas de Educação Física, demonstradas na Tabela 4, são fundamentalmente relacionadas a atitudes de apoio ao aluno autor ou defesa ao aluno que sofre manifestações de preconceito (divisão - apoiar/interferência, 40,7%).

Tabela 4. Valores relativos (%) das consequências à turma que presencia manifestações de preconceito nas aulas de EFE.

Consequências	Geral (n=27)	Professores (n=11)	Professoras (n=16)
Divisão (apoio/interferência)	40,74	36,36	43,75
Nenhuma	18,52	18,19	18,75
Reflexão	18,52	27,27	12,5
Incentivo/Reprodução	11,11	9,09	12,5
Excluir o autor	11,11	9,09	12,5

Os dados descritos nas tabelas e no gráfico nos apresentam um panorama geral em relação ao preconceito nas aulas de EFE. Apresentaremos no tópico a seguir a discussão desses resultados a partir das categorias “Tipos de preconceito percebidos” e “Preconceitos – manifestações, vivências e consequências”.

O preconceito está presente, mesmo que de forma implícita, em todos nós (FREIRE, 2000), o preconceito é categoria do pensamento e do comportamento cotidiano, porém, não é por fazer parte da vida diária que devem ser naturalizados e acei-

tos (HELLER, 1989). Existe uma enorme necessidade de, além de saber identificar a presença do preconceito nas diversas formas em que esse se manifesta, é preciso compreender o seu significado.

A fim de verificar os tipos de preconceito identificados pelos professores e professoras de Educação Física em suas aulas foram analisadas as respostas da seguinte pergunta: “Segundo a sua opinião, quais são os tipos de preconceitos que você consegue perceber no seu cotidiano? Estes tipos de preconceito estão presentes nas suas aulas de Educação Física?”

Os dados obtidos mostram que o tipo de preconceito mais citado nas aulas de Educação Física foi o étnico-racial. Dado que coincide com o descrito por Oliveira (2008) onde afirma que o racismo é o tipo de preconceito mais presente na sociedade e consequentemente o mais percebido no ambiente cotidiano, “uma mazela histórica, cuja raiz de amargura se encontra na própria natureza humana” (p. 3049). Ferreira (2001) o conceitua como: a qualidade e/ou sentimento de indivíduo racista; atitude preconceituosa ou discriminatória em relação a indivíduo(s) considerado(s) de outra raça. Schucman (2010, p. 44) por outro lado o descreve como “qualquer fenômeno que justifique as diferenças, preferências, privilégios, dominação, hierarquias e desigualdades materiais e simbólicas entre seres humanos, baseado na ideia de raça”.

No contexto escolar, são diversos os estudos que tematizam o preconceito étnico-racial (OLIVEIRA, 1999; CASTRO; ABRAMO-VAY, 2006; NASCIMENTO, 2010), e as formas como ele se manifesta, indo desde a utilização de expressões de cunho racistas até atitudes discriminatórias (LOPES, 2005). Conforme relatado pelos professores entrevistados de forma geral, as manifestações do preconceito étnico-racial em suas aulas acontecem de diversas formas, em alguns casos o(s) aluno(s) agressor(es) faz(em) uso de palavras e/ou frases pejorativas como “negrinho”; “só podia ser preto”; e “não faz coisa de negro”.

Essas atribuições são feitas em atividades que o aluno realiza algum movimento de forma incorreta ou até mesmo, com os pequenos, ao não querer dar a mão ao colega negro e/ou até mesmo quando o excluem da atividade. Segundo Bozi et al. (2008), dentro dos ambientes das aulas de EFE, onde existe um maior contato físico e o corpo é visto de forma livre e exposta, algumas manifestações de preconceito, que não são tão comuns dentro das salas de aula de outras disciplinas, são estimuladas.

As questões relacionadas às diferenças corporais aparecem em segundo lugar nas aulas de EF. Conforme os relatos, nas aulas de EFE as diferenças corporais ficam mais visíveis, os alunos que se destacam pela altura ou pela baixa estatura, por serem gordos ou muito magros costumam receber rótulos. As formas de preconceito mais relatadas foram o fato de o outro não conseguir realizar tal atividade e/ou movimento por razões do tipo: ele não consegue fazer porque é gordinho; uso de apelidos pejorativos - rolha de poço, elefantinho, poste, anão, esqueleto, entre outros. Grande parte dessas manifestações está associada ao estabelecimento social de padrões de beleza, que faz com que aqueles que não se enquadram neste contexto sejam considerados inferiores em relação aos demais. Dado que nas aulas de EF o corpo está em destaque, este espaço se configura em um ambiente propício às manifestações de preconceito, estereotipando e rotulando as diferenças (CARRARA, 2009).

O terceiro tipo de preconceito mais citado nas aulas de EFE

foi o referente a classe social. Tal dado acompanha a grande desigualdade social existente no Brasil, visível em cada instituição quando determinam privilégios e/ou desvantagens entre os indivíduos. A escola, segundo Saes (2008) é tida por uma das maiores reprodutoras das diferenças sociais, desigualdades essa representada pelas posições sociais ocupadas pelos alunos seja no vestir-se ou na posse de bens materiais ou na disponibilidade/ acesso às tecnologias de última geração. Os resultados corroboram com o exposto, referente a esse tipo de manifestação de preconceito nas aulas de EFE. Como podemos observar nas afirmações dos professores de forma geral sobre como esse preconceito é evidenciado: forma de se vestir; não ter roupa adequada para a prática das aulas; qualidade da merenda trazida pelos alunos; não ter um celular moderno; falta de higienização que em grande medida caracteriza e/ou desmerece o aluno mais humilde.

Os preconceitos referentes a algum tipo de deficiência e/ou necessidades especiais, aparecem nas respostas dos professores entrevistados. Foi possível observar que, além das manifestações de preconceito visualizadas pelos professores e professoras, esses também demonstram preconceito. Para alguns dos professores entrevistados, o tipo de deficiência interfere na participação de crianças com alguma necessidade especial nas aulas de EFE, fato que pode ser observado nos seguintes comentários: “quando o aluno é cadeirante os outros até se oferecem para levar a cadeira e/ou incluí-lo na atividade prática” (Professor 04), “quando o aluno tem uma deficiência cognitiva é que acontece a exclusão ou o induzirem a bater em outros colegas” (Professor 11).

As questões de gênero também apareceram nas falas, entendendo que gênero, para as ciências sociais e humanas, se refere à construção social do sexo anatômico (CARRARA, 2009). Portanto, gênero remete a distinguir a dimensão biológica da dimensão social e, pode-se considerar, que em determinados contextos, se refere às relações sociais desiguais de poder que é o resultado de uma construção social do papel do homem e da mulher a partir das diferenças sexuais (SANTANA; BENEVENTO, 2013). Percebemos, em nosso cotidiano, mulheres exercendo papéis secundários em relação aos homens em todos os setores de empregos (CRUZ; PALMEIRA, 2009). Fato histórico, que remonta desde tempos passados, a uma educação diferenciada para meninos e meninas.

Observamos nas falas dos professores e professoras que eles ainda percebem uma diferenciação entre meninos e meninas na participação das aulas. Os meninos são bem-vistos ao realizarem atividades como jogar futebol, e as meninas são entendidas como aquelas que “não sabem jogar”, “não tem força” ou “não conseguem correr rápido”, o que acaba resultando, frequentemente, em exclusão. Diante das questões de gêneros, torna-se fundamental que as aulas de EFE sejam desenvolvidas em turmas mistas, favorecendo assim, meninos e meninas a serem respeitosos e tolerantes, evitando desta maneira a estereotipia (CRUZ; PALMEIRA, 2009).

E, em relação à homossexualidade também se identifica este tipo de manifestação de preconceito nas aulas de EFE. Manifestações que se dão no uso de palavras pejorativas utilizadas pelo aluno agressor como “bichinha”, “veado”, entre outros; que rebaixam e/ou inferiorizam a imagem do colega perante a turma durante a aula, e que excluem o aluno homossexual, fa-

zendo com que ele não queira participar das aulas de EFE.

Considerando a descrição metodológica do estudo, uma vez realizadas as perguntas e obtidas as respostas do grupo de professores entrevistados sobre a vivência e a percepção de manifestações de preconceito nas aulas de EFE, de forma intencional, solicitávamos que citassem exemplos dos diferentes tipos de preconceitos considerando o espaço das aulas de EF.

Essa abordagem da temática respeitou dois propósitos, um de servir de feedback a respeito da visão de preconceito do entrevistado e outro com fins pedagógicos de levar o entrevistado a uma reflexão sobre a temática baseada em casos práticos. Observamos que nove dos professores ou professoras acabaram por recordar-se de outros casos que não haviam mencionado anteriormente. Três dos professores inclusive relataram que, ao serem estimulados a darem exemplos, perceberam que já tinham vivenciado todos os tipos de preconceitos citados em suas aulas. Portanto, consideramos que esta questão foi de suma importância na abordagem da temática e que novos estudos são necessários considerando tanto os aspectos conceituais, como aqueles relativos à memória e/ou reflexão sobre a temática preconceito em aulas de EFE.

Conhecer o que vem a ser preconceito, identificar suas manifestações nos diferentes contextos e a que se referem é de suma importância como previamente comentado, entretanto, de nada serve se essa percepção não resultar em um entendimento que possa repercutir em ações que visem a diminuição dessas manifestações (MARQUES; ALMEIDA; SILVA, 2014).

Para uma melhor compreensão da percepção dos professores em relação às manifestações de preconceito vivenciadas, realizamos a seguinte pergunta: Segundo a sua opinião, quais são as consequências das manifestações de preconceito vivenciadas nas aulas de Educação Física, para: o/a aluno/a que realiza a ação; o/a aluno/a que sofre a ação; e a turma?

Analisando as respostas, observamos que o/a aluno/a agressor/a se associa a um perfil popular, de ser mais forte que seu alvo. A agressividade como resposta e a reprodução dessas ações ao longo da vida, independente do contexto de inserção foram destacadas, o que não exclui a importância dos relatos de sensação de poder e de liderança negativa; e muito menos o fato de que alguns dos professores entrevistados entendem que as manifestações de preconceito não têm nenhum tipo de repercussão para o agressor justificando-se no fato de “ir no embalo” e “fazer e esquecer”.

Por outro lado, a exclusão do agressor pela turma também foi algo que apareceu. Esses resultados coincidem com os encontrados por Lopes Neto (2005, p. 165), que os descreve como sendo “tradicionalmente admitidos como naturais, sendo habitualmente ignorados ou não valorizados, tanto por professores quanto pelos pais”.

As consequências das manifestações de preconceito ao aluno que sofre a ação, segundo as respostas dadas, são negativas para o aluno, com grande probabilidade de desenvolver traumas (psicológicos), baixa autoestima e insegurança. Ao associar o impacto psicológico a autoexclusão das aulas de EFE, manifestadas por “não querer participar” e por “uma inibição para a prática da aula pelo aluno” o impacto das manifestações de preconceito ganham um impacto ainda maior no desenvolvimento neuropsicomotor e social dos alunos. Situação que merece alerta quando temos o relato de que o/a aluno/a “sente, mas

esquece” e/ou “não demonstra estar abalado”.

A respeito das consequências no/a aluno/a que sofre o preconceito, Lopes Neto (2005) salienta que:

O tempo e a regularidade das agressões contribuem fortemente para o agravamento dos efeitos. O medo, a tensão e a preocupação com sua imagem podem comprometer o desenvolvimento acadêmico, além de aumentar a ansiedade, insegurança e o conceito negativo de si mesmo. Pode evitar a escola e o convívio social, prevenindo-se contra novas agressões (LOPES NETO, 2005, p. 167).

Em relação à turma os entrevistados citaram a divisão da turma entre apoiadores ao agressor e defensores do agredido como a consequência frequentemente percebida. Lopes Neto (2005), com relação à divisão da turma, destaca que a forma como a turma reage a essas situações, onde atuam como espectadores das manifestações de preconceito, poderá classificá-los como auxiliares, incentivadores, observadores ou defensores. E ainda destaca, que quando a turma interfere ou tenta amenizar, na maioria dos casos, as ações são efetivas. Vemos assim a importância do incentivo ao “uso desse poder advindo do grupo, fazendo com que os autores se sintam sem o apoio social necessário” (LOPES NETO, 2005, p. 5).

Notou-se uma preocupação por parte dos entrevistados que indicaram as questões a respeito da exclusão do aluno autor e da autoexclusão do aluno que sofre preconceito, pois “a escola é um dos primeiros ambientes sociais em que a criança/adolescente se insere, sendo assim, está presente a necessidade de se ter uma experiência não traumática” (Professor 21). Reflexão que vai ao encontro do descrito por Lopes Neto (2005) quando afirma que a escola é de grande significância para as crianças e adolescentes, e aqueles que não gostam dela têm maior probabilidade de apresentar desempenhos insatisfatórios, comprometimentos físicos e emocionais à sua saúde ou sentimentos de insatisfação com a vida.

Referente a medidas frente às manifestações de preconceito, alguns poucos professores mencionaram utilizar as situações para a promoção de uma reflexão conjunta, proporcionando um diálogo sobre a temática com os alunos, alguns relataram aproveitar as situações para trabalhar valores e outros disseram que são organizadas palestras em conjunto com todo o corpo docente sobre a temática.

Conforme já mencionado, o preconceito está presente na sociedade, e no ambiente escolar é um dos primeiros lugares sociais onde ele se manifesta. Os resultados obtidos nesta pesquisa reforçam a ideia de muitos autores, ao salientarem que trabalhar simultaneamente as relações étnico-raciais, as desigualdades sociais, as diferenças corporais, a deficiência, a questões de gênero, a homossexualidade, não é apenas uma proposta absolutamente ousada, mas oportuna e necessária no ambiente escolar (CARRARA, 2009; BOZI et al., 2008; VENTURINI et al., 2010).

CONCLUSÃO

Concluímos com este estudo que os professores e professoras de EFE da rede municipal de ensino de Pelotas – RS conseguem, de modo geral, entender alguns aspectos do real significado do preconceito e perceber que as manifestações de preconceitos estão presentes em suas aulas e, ao mesmo tem-

po, compreendem as consequências que essas manifestações podem vir a trazer ao ambiente de suas aulas e a formação dos alunos.

Entretanto, no referente às medidas a serem adotadas frente às manifestações de preconceito, o estudo evidenciou que carecemos de uma perspectiva sólida, que se configurem em ações efetivas de minimização dessas ações no ambiente escolar. Ao discutir tais questões juntamente com os professores e professoras entrevistados, busca-se minimizar, mesmo que gradativamente, essas manifestações de preconceito, não somente nas aulas de EF, mas como em todo o ambiente escolar, buscando formar cidadãos que tenham autonomia de se posicionarem com equilíbrio em um mundo de diferenças e de infinitas variações.

Compreendemos que não se faz uma educação de qualidade sem uma educação cidadã, uma educação que valorize a diversidade e o respeito. Reconhecemos, porém, que a escola tem uma antiga trajetória normatizadora e homogeneizadora que precisa ser revista, e acreditamos na figura do professor como agente transformador dessa realidade. Por fim, salientamos que este estudo contou com a participação de parte dos professores de apenas uma das redes de ensino que conformam a educação de um município brasileiro, havendo a necessidade de outros estudos e pesquisas que extrapolem os dados aqui apresentados, a partir de outros contextos e realidades; que analisem as formas de abordagens dos educadores e das instituições de ensino sobre casos de preconceito; que analisem de forma longitudinal tanto os impactos das situações de preconceito como das medidas de redução de tais situações nos contextos de vida acadêmica, pessoal, social e cultural; que traçam um paralelo entre as situações de preconceito nas aulas de EFE, a formação profissional e o tempo de experiência docente. A divulgação de práticas efetivas de minimização de manifestações de preconceito torna-se emergente, para que a partir do compartilhamento de experiências outras e novas ações sejam planejadas.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, S. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen Produção Editorial, 2019.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BOZI, L. H. M.; MIRANDA, D. C. J.; MELO, A. J. M.; ESPERANÇA, R. A. A. Educação Física escolar: principais formas de preconceito. **Lecturas Educación Física y Deportes**, Revista Digital, Buenos Aires, v. 12, n. 117, p. 1-4, 2008. Disponível em: <<https://www.efdeportes.com/efd117/educacao-fisica-escolar-principais-formas-de-preconceito.htm>>. Acessado em: 21 de julho de 2021.
- CARRARA, S. Educação, diferença, diversidade e desigualdade. In: BARRETO, A.; ARAÚJO, L.; PEREIRA, M. E. (Orgs.). **Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em gênero, orientação sexual e relações étnico-raciais**. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009. p. 13-5.
- CASTRO, M. G.; ABRAMOVAY, M. **Relações raciais na escola: reprodução da desigualdade em nome da igualdade**. Brasília: UNESCO, INEP, Observatório de Violências nas Escolas, 2006. Disponível em: <<https://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/NEAB/Relacoes%20raciais%20na%20escola%20reproducao%20de%20desigualdades%20em%20nome%20da%20igualdade%20-%20racismo-%20xenofobia.pdf>>. Acessado em: 21 de julho de 2021.
- CORDEIRO, A. F. M.; BURNGENS, J. F. Preconceitos na escola: sentidos e significados atribuídos pelos adolescentes no ensino médio. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, Maringá, v. 16, n. 1, p. 45-54, 2012.
- CRUZ, M. M. S.; PALMEIRA, F. C. C. Construção de identidade de gênero na educação física escolar. **Motriz**, Rio Claro, v. 15, n. 1, p. 116-31, 2009.

DUARTE, D. S.; ARISTIDES, A. R. A.; MÜLLER, A. L.; NASCIMENTO, D. E. Homofobia nas aulas de educação física: reflexões sobre os processos educativos. *Biomotriz*, Cruz Alta, v. 12, n. 2, p. 102-11, 2018.

FABRI, E. I. J.; FERREIRA, L. A. Reflexões sobre preconceito e exclusão nas práticas corporais: narrativas de participantes de um projeto social. *Revista Eletrônica de Educação*, São Carlos, v. 14, p. 1-7, 2020.

FERREIRA, A. B. H. *O minidicionário da língua portuguesa* - Século XXI. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FREIRE, P. *Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. São Paulo: UNESP, 2000.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HELLER, A. *O cotidiano e a história*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

KRUG, H. N. *Considerações iniciais a respeito do preconceito na escola... e na educação física escolar*. Blog Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Física da UFSM, Santa Maria, 09 jul. 2012. Disponível em: <<http://gepefufsm.blogspot.com/2012/07/o-preconceito-na-escola-e-na-educacao.html>>. Acessado em: 23 de abril de 2021.

LÔBO, C. R.; SANTOS, C. S. Visão geral dos alunos do ensino fundamental sobre preconceitos envolvendo sobrepeso/obesidade durante as aulas de educação física em uma escola pública de Formosa - Goiás. *Educação Física em Revista*, Brasília, v. 9, n. 2, p. 86-103, 2015.

LOPES NETO, A. A. Bullying: comportamento agressivo entre estudantes. *Jornal de Pediatria*, Rio de Janeiro, v. 81, n. 5, p. 164-72, 2005.

LOPES, V. N. Racismo, preconceito e discriminação. In: MUNANGA, K. (Org.). *Superando o racismo na escola*. 2. ed. Brasília – DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 185-204. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/racismo_escola.pdf>. Acessado em: 21 de julho de 2020.

MARQUES, E. P. S.; ALMEIDA, F. A.; SILVA, W. S. A percepção do preconceito e da discriminação racial no ambiente escolar. *Interfaces da Educação*, Paranaíba, v. 5, n. 14, p. 47-67, 2014.

MARTINS, L. T.; VENDITTI JUNIOR, R.; TERTULIANO, I. W.; BRUM, A. N.; LIMA, M. E.; ROCHA, T. C. A. Inclusão de pessoas com deficiência na educação física escolar: um desafio possível ou utopia? *Caderno de Educação Física e Esporte*, Marechal Cândido Rondon, v. 17, n. 2, p. 185-92, 2019.

NASCIMENTO, A. E. J. Educação e preconceito racial no Brasil: discriminação no ambiente escolar. In: V Encontro de Pesquisa em Educação de Alagoas:

Desenvolvimento, Ética e Responsabilidade Social, 2010, Maceió - Al. *Anais...* Maceió: UFAL, 2010. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/1043966-Educacao-e-preconceito-racial-no-brasil-discriminacao-no-ambiente-escolar.html>>. Acesso em: 23 de abril de 2021.

OLIVEIRA, J. R. Educação e Racismo: Conhecendo as contradições do passado para construir a escola do futuro. In: VIII Congresso Nacional de Educação e III Congresso Ibero-Americano Sobre Violências na Escola, 2008, Paraná. *Anais...* Paraná: VIII EDUCERE, 2008. Disponível em: <https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2008/1363_952.pdf>. Acessado em: 21 de julho de 2021.

OLIVEIRA, R. C.; DAOLIO, J. Educação Física, cultura e escola: da diferença como desigualdade à alteridade como possibilidade. *Movimento*, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 149-67, 2010.

OLIVEIRA, X. F.; GODOI, M. R.; SANTOS, L. N. A opinião dos professores de educação física do ensino médio sobre a homossexualidade e a homofobia na escola. *Pensar a Prática*, Goiânia, v. 17, n. 4, p. 1-13, 2014.

OLIVEIRA, I. *Desigualdades raciais: construções da infância e da juventude*. Niterói: Intertexto, 1999.

PICCOLO, G. M. Caminhos da exclusão: análise do preconceito em sua manifestação nos jogos infantis. *Movimento*, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 191-207, 2010.

RIOS, T. A. *Ética e competência*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

SAES, D. Escola pública e classes sociais no Brasil atual. *Linhas Críticas*, Brasília, v. 14, n. 27, p. 165-76, 2008.

SANTANA, V. C.; BENEVENTO, C. T. O conceito de gênero e suas representações sociais. *Lecturas: Educación Física y Deportes*, Revista Digital, Buenos Aires, v. 17, n. 176, 2013. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd176/o-conceito-de-genero-e-suas-representacoes-sociais.htm>>. Acessado em: 04 de março de 2016.

SCHUCMAN, L. V. Racismo e antirracismo: a categoria raça em questão. *Psicologia Política*, São Paulo, v. 10, n. 19, p. 41-55, 2010.

SILVA, L. M. O estranhamento causado pela deficiência: preconceito e experiência. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 33, p. 424-34, 2006.

VENTURINI, G. R. O.; GUERRA, V. H.; RODRIGUES, B. M.; MATOS, D. G.; ZANELLA, A. L.; PACE JUNIOR, R. L.; MAZINI FILHO, M. L. Gênero e Educação Física Escolar. *Lecturas: Educación Física y Deportes*, Revista Digital, Buenos Aires, v. 15, n. 147, 2010. Disponível em: <<https://www.efdeportes.com/efd147/genero-e-educacao-fisica-escolar.htm>>. Acessado em: 21 de julho.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem aos professores e professoras de EFE que se dispuseram a participar deste estudo. As escolas e a SMED de Pelotas por autorizarem a realização da pesquisa.

CONFLITO DE INTERESSE

Os autores do estudo declaram não haver conflito de interesses.

FINANCIAMENTO

Este estudo não teve apoio financeiro.

ORCID E E-MAIL DOS AUTORES

Maiara Scheila Freitas Santos (Autor Correspondente)

ORCID: 0000-0001-7337-3746.

E-mail: mayscheila@gmail.com

Fabiana Celente Montiel

ORCID: 0000-0002-9921-6703.

E-mail: fabianamontiel@ifsul.edu.br

Felipe Fernando Guimarães da Silva

ORCID: 0000-0002-2354-4989.

E-mail: felipe.ferguisi@hotmail.com

José Antônio Bicca Ribeiro

ORCID: 0000-0002-1638-6687.

E-mail: jantonio.bicca@gmail.com

Mariângela da Rosa Afonso

ORCID: 0000-0002-8853-719X.

E-mail: mrafonso.ufpel@gmail.com

Fernanda de Souza Teixeira

ORCID: 0000-0001-7819-9142.

E-mail: fteixeira13@hotmail.com